

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

ORIENTADORA: CÁTIA ANTÔNIA

ALUNO: THIAGO RODRIGUES DOS SANTOS

**TEMA: Conflito sociais na instalação do Terminal Pesqueiro
Público no bairro da Ribeira, Ilha do Governador – Rio
de Janeiro – RJ**

Telefone: 21 2463-1489; 9865-8410

Introdução:

Este trabalho tem como meta a compreensão de como a tentativa de instalação do Terminal Pesqueiro Público na Ilha do Governador - RJ causou um conflito sócio-espacial e político dentro do próprio bairro por diferentes camadas sociais.

A intensificação da ocupação da Ilha do Governador começou a partir da década de 60 e, por conseguinte a formação de novos espaços, figurados em forma de favelas e bairros populares nesse bairro. Além disso, outras reflexões acerca da metamorfose do trabalho em detrimento deste processo sócio-espacial também serão suscitadas.

A formação de um pensamento crítico, na qual aponte as desigualdades sócio-espaciais derivadas da modernização do bairro da Ilha do Governador e o impacto em grupos de pescadores no contexto do movimento alteração-transformação das áreas destinadas aos grupos hegemônicos, também será um dos focos desse trabalho.

O entendimento desde processo contraditório que envolve inovações técnicas e sociais e a formação socioespacial desigual entre grupos sociais é fundamental para procurarmos possíveis soluções para problemas como a deterioração das relações sociais, de forma geral, e a perpetuação dos conflitos sociais comuns no espaço urbano moderno.

A escolha deste tema se deu pelo fato de tentar identificar a força que classes sociais têm e salientando os motivos que levaram as divergências de pensamento sobre a instalação ou não do Terminal Pesqueiro Público do Rio de Janeiro, buscando identificar e caracterizar os dois grupos sociais opostos, além de apresentar as suas idéias e concepções.

O primeiro capítulo da minha monografia irá abordar alguns conceitos chaves para que se possa ter um embasamento teórico dos processos sociais e políticos que estão no âmbito da Terminal Pesqueiro Público.

No segundo capítulo denominado gestão do território e os desafios do planejamento, falarei sobre o projeto do TPP com análise de documentos que formularam o projeto, algumas leis referentes ao tema, Plano Diretor Municipal do Rio de Janeiro e o programa federal Mais Pesca e Aqüicultura que tem como objetivo de incentivar a pesca no Brasil.

No capítulo seguinte contextualizarei o território da Ilha do Governador com sua economia, população e renda. Além de falar sobre os pescadores citando as comunidades dos pescadores, locais para embarque e desembarque.

Por fim, o último capítulo apresentarei os conflitos de usos do território e tendências, a partir da mídia quando vemos que ela trás uma ideologia e tenta influenciar os seus leitores sobre o projeto da instalação do Terminal Pesqueiro Público do Rio de Janeiro, além de apresentar os discursos de pescadores e moradores a favor e contra o terminal.

Capítulo I – Por uma busca da orientação conceitual

A importância de um levantamento conceitual está atrelada ao fato de que temos, primeiramente, que ter uma nitidez sobre a abordagem teórica antes de uma análise empírica. Para que ao término dessa monografia não ocorra equívocos a respeito do objeto de estudo. Além do mais, o tema escolhido é bastante atual e amplo, o que me faz examinar na literatura geográfica a compreensão não só das questões teóricas, mas também a percepção na prática ao se estudar o projeto de instalação de um Terminal Pesqueiro Público (TPP), na Ilha do Governador – Rio de Janeiro.

Nesse sentido algumas situações são diferentemente abordadas, para que o projeto se torne digno de atenção pelas camadas sociais, por parte do poder público e ser alvo de futuros estudos.

Iniciarei analisando um conceito chave do projeto que é o de “território usado” de Santos (1994) que aparece com sendo uma idéia central à compreensão do espaço geográfico contemporâneo, além de planejamentos políticos futuros. Sendo uma ferramenta importante para ser analisada, quando Milton Santos fala de “uso do território” e “território usado”. O uso do território como recurso (SANTOS, 2000) pode ser compreendido, na maioria das vezes, como resultado de projetos particulares, orientados por uma razão que tem vistas somente para finalidades específicas e racionalmente determinada pelo mercado, surgindo por um domínio de fora para dentro. A idéia de território usado, espaço banal, aparece como recurso analítico pleno de um caráter político e humanista, porque precisa contemplar todos os interesses e todas as razões de ser de todos os agentes.

O espaço urbano capitalista é definido a partir de usos que variam em níveis industriais, comerciais, residenciais, etc. que se ligam através de um sistema de fluxos. Uma das grandes características da sociedade capitalista é a fácil

mobilidade espacial. Neste sentido, quando se fala de fluxo deve-se entender que a rede urbana não possui simplesmente fluxos de pessoas, informações e bens, que sobressai o real caráter de explorações econômicas e exercício de poder na sociedade. Dentre essa dinâmica da organização espacial e os processos sociais, existe um conjunto de forças atuantes no espaço urbano ditados por proprietários dos meios de produção, latifundiários, empresas de imobiliária e construção ligadas ao capital privado e ao Estado, este último caracterizado por ser mediador desse conjunto de interesses contraditórios.

Partindo dessa premissa tem-se a idéia de verticalidades (SANTOS, 1996) as ações que se realizam no lugar, mas que são presididas e comandadas por lugares distantes, praticando um uso do território como recurso, que permite explorar de modo mais facilitado às vantagens locais, alcançando de forma competitiva mercados mais distantes. Como o caso da Lei n.º _____ de origem federal que promove a instalação do TPP, em caráter de urgência diante da necessidade do país em aumentar a produção de pescado e conseqüentemente do seu consumo para a população brasileira, evitando uma exportação desnecessária diante do potencial pesqueiro. Sem antes passar pelo setor político local, apesar de ser uma medida a muito tempo reivindicada pelos pescadores artesanais da região e outros setores, que irão formar a parte favorável para a instalação do TPP.

Em contrapartida as horizontalidades (SANTOS, 1996) constituem ações no território que valorizam a dimensão e a escala do próprio lugar onde ocorrem, onde se estabelece uma solidariedade próxima, e continua, orientada por projetos do próprio lugar que garantem a reprodução dos seus habitantes. A camada social local, sendo inserida economicamente como classe média irá se organizar através das associações de moradores para defender a não instalação da TPP, tendo nesse caso um domínio localmente centrípeto.

Uma das grandes dificuldades encontrada na geografia é estudar e compreender o espaço. As descrições feitas em outrora, a qual não havia uma relação com uma abordagem prática, não conseguindo assim fazer as devidas análises com os processos sociais presentes, dando uma idéia muito vaga do mesmo. Por isso temos que entender que o espaço geográfico deve ser idealizado como um produto histórico e social das relações que constituem entre a sociedade e o meio circundante, ou seja, o espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo da sociedade.

Há de se perceber que o espaço se apresenta como o tecido através do qual a moderna sociedade produtora de mercadorias se materializa, nessa idéia ao estudar sobre as diferentes partes do espaço urbano, estamos observando um espaço social associado a uma prática espacial que se expressa através de sua forma de uso. Sendo assim, o espaço pode está presente, mas a maneira como ele se organiza e se estrutura, ou seja, a função que ele possui só pode ser conseguida devido às práticas sociais. Diante disso, irei falar sobre o conceito de espacialidade (Soja, 1993), conhecido também como espaço socialmente produzido aonde irei relacionar a dialética entre espaço-sociedade dentro do meu objeto de estudo.

“O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo.” (Soja, 1993, p. 101)

A citação acima pode ser interpretado sendo o espaço como objeto, dando a devida importância à relação entre o espaço criado e organizado, dentro de um

determinado modo de produção. Consiste o espaço um produto material relacionado com outros elementos, conferindo ao mesmo uma forma, uma função e uma significação social.

A presente análise parte do pressuposto que o espaço pode ser entendido como um método, uma forma de pensar a realidade. Pois é no espaço que a materialidade da sociedade moderna se realiza.

A espacialidade dá conta do espaço socialmente construído. Com isso percebemos que um espaço social está interligado a uma prática espacial que promulga por meio da sua forma de uso. Temos que entender que as configurações espaciais não expressam apenas transformações econômicas, políticas e sociais, também é importante ressaltar as mudanças nos processos sociais, políticos e culturais. É na espacialidade que o percebido e o vivido se reencontram e deixam transparecer sua total imbricação.

O espaço socialmente produzido refere-se à estrutura que define as determinações do modo de produção, mas também, ao mesmo tempo, à ação dos agentes locais em associação com grupos de ação, no nosso caso de âmbito local.

O espaço agora se torna matéria na medida em que o homem determina, através das transformações que o trabalho acarreta consigo. Trata-se da produção, em seu mais amplo sentido, produção das relações sociais e reprodução de determinadas relações. O espaço é o lugar, em sua totalidade, de toda essa reprodução, incluindo o espaço urbano, espaços de ócios, por exemplo.

A partir dessa idéia é possível compreender o motivo pelo qual Lefebvre (1994) afirma que as representações do espaço têm considerável peso e influência na produção do espaço, principalmente levando em conta corresponderem a um

sistema de símbolos e códigos de representação dominantes em uma sociedade e que estão relacionados ao exercício do poder e à conformação do espaço abstrato.

Voltando ao nosso objeto de estudo, temos que perceber que quando houve uma tentativa de mudança na organização do espaço com a instalação do Terminal Pesqueiro Público do Rio de Janeiro, causou um grande problema em relação à espaço.

Capítulo II – FALTA UM TÍTULO

Para entendermos o impasse da instalação do terminal pesqueiro publico do Rio de Janeiro, temos que compreender primeiramente a sua origem, ou seja, aonde tudo começou. Antes do Plano Mais Pesca e Aqüicultura o governo federal, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em novembro de 2007, através de um decreto de Lei sanciona a desapropriação para fim público, com o intuito de instalar o terminal pesqueiro público do rio de janeiro. Através dos artigos desta lei ele decreta que:

Estipula a área que era da INDÚSTRIA E COMÉRCIO DUNORTE S.A. que posteriormente havia sido arrematado pela PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. localizado na rua Pires da Mota no Bairro da Ribeira, Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com uma área de 24.438,15 m².

A área desapropriada tem como única e exclusiva função a implantação do Terminal Pesqueiro Público do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, tendo como o fomentador principal o governo federal. Sendo as despesas orçamentárias a cargo da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República.

A desapropriação do imóvel é também de responsabilidade do governo federal, através da Advocacia Geral da União, tendo ela um prazo de 30 (trinta) dias, alegando caráter de urgência, visto que a área desapropriada tem como objetivo a utilidade pública e o interesse social.

Nota-se que esta lei é o ponto de partida para a instalação do Terminal Pesqueiro Público do Rio de Janeiro, sendo sancionada pelo governo federal em caráter de urgência. Em seguida os poderes estaduais e municipais irão se movimentar para promover a sua construção.

No ano seguinte da criação do decreto, o governo federal através do ministério de pesca e da aqüicultura irá desenvolver um plano chamado Mais Pesca e Aqüicultura.

Com o intuito de aproveitar uma área de 8,5 mil quilômetros de costa marítima, e uma Zona Econômica Exclusiva de 4 milhões de quilômetros quadrados, o que significa metade do território nacional, tem-se um cenário bastante propício para o aumento do mercado de pescado brasileiro.

Esse plano tem como objetivo aumentar a produção de pescado no território brasileiro com metas para serem cumpridas até 2011, beneficiando os grandes responsáveis pela produção de pesca no Brasil, que são os pescadores artesanais.

De forma que garanta a sustentabilidade do setor pesqueiro, para isso o governo não irá apenas financiar o programa, sendo ele também protagonista nas questões sociais e ambientais.

Para se ter um aumento da produtividade, mesmo tendo condições territoriais tão favoráveis, é necessário que hajam políticas voltadas para as melhorias nas estruturas básicas deste setor.

Com o Plano Mais Pesca e Aqüicultura, o governo federal promoverá a infraestrutura necessária, sendo que essas ações visam à criação, recuperação, ampliação e manutenção das cadeias produtivas.

Dentre as cadeias produtivas está o objeto de estudo que são os, Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs). Segundo a definição do programa os Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) têm como objetivo “A implantação de estruturas para otimização da recepção e das atividades de movimentação, armazenagem, beneficiamento, comercialização e escoamento de pescado e de mercadorias relacionadas, objetivando o controle e o atendimento à produção pesqueira e aqüícola nacional de forma integrada e tecnologicamente adequada.” Tendo como meta para 2011: 20 Terminais Pesqueiros Públicos novos e/ou reestruturados.

O local de instalação do Terminal Pesqueiro Público não se dá de forma aleatória. Para tal fato foram levadas em conta as potencialidades, vocações e características socioculturais segundo os estudos do governo federal, ou seja, no caso do Rio de Janeiro, deu-se a importância de se construir na capital do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Baía de Guanabara, além de está perto de uma colônia de pescadores da Ilha do Governador (Z-10) e situado próximo a outras colônias de pescadores, como a de Ramos (Z –11), e a de Magé (Z-9).

Sendo assim, a importância do Terminal Pesqueiro Público para os pescadores artesanais é que eles terão a possibilidade de comercializar diretamente com o consumidor, sem a necessidade dos atravessadores que compravam o pescado dos pescadores artesanais, por eles não terem um local adequado para alocar,

beneficiar e vender seus produtos. Esses atravessadores, tornavam o pescado mais caro, dificultando assim à ampliação do consumo do mesmo.

Com a criação do Terminal Pesqueiro Público, significa que todas as etapas da cadeia produtiva (produção, transformação e comercialização) estarão estruturadas em um só lugar, além de contemplar a recepção, o beneficiamento, a lavagem, a classificação, a pesagem, o armazenamento de pescado fresco, congelado e de iscas, bem como o fornecimento às embarcações de combustível, gelo, energia elétrica, aguada, víveres e petrechos.

Dessa forma, o pescado vendido no Terminal Pesqueiro Público estará bem mais acessível e de melhor qualidade aos consumidores, conseguindo o governo federal alcançar um dos seus objetivos do seu Plano Mais Pesca e Aqüicultura.

Para poder instalar o terminal pesqueiro público no bairro da Ribeira, o município do Rio de Janeiro teve que fazer mudanças no seu plano diretor, seu instrumento político de desenvolvimento urbano.

O plano diretor municipal de fevereiro de 2011 irá ter uma seção exclusiva para tratar a questão da pesca no município do Rio de Janeiro, vide a sua importância.

Com os objetivos de incrementar a produção de forma que o município tenha a própria sustentabilidade, mapear áreas que tenha vocação e tradição pesqueira, de forma que se insira a longo prazo a produção pesqueira na economia do município de maneira mais presente, além de incentivar a pesca artesanal responsável, o município do Rio de Janeiro fará algumas mudanças sobre este assunto.

Um fato importante de também ser citado é a adoção de ações de comercialização direta, de forma a dinamizar o escoamento da produção. Este fato vai de encontro

com o que vem a ser um Terminal Pesqueiro Público, ou seja, mais um fator para que a instalação do TPP seja concretizada.

Essas medidas acima citadas, fazem com que o município do Rio de Janeiro, tenha interesse em aumentar a produção pesqueira. Sendo benéfica para os pescadores artesanais que terão uma maior participação na economia municipal e também ver a sua renda aumentada. A população que irá poder comprar um produto de qualidade por um preço acessível. O município verá o crescimento do setor pesqueiro de forma a ter a sua própria sustentabilidade na comercialização de pescado.

Um outro fator muito importante e que merece destaque diz respeito a áreas sujeitas à intervenção do poder público do município do rio de janeiro, chamado no Plano Diretor Municipal de Macrozoneamento de Ocupação.

Com o Plano Diretor o município fica subdividido em macrozonas de ocupação determinadas a partir de alguns fatores, dentre eles espaciais, culturais, econômicos, sociais, ambientais e de infra-estrutura urbana.

A macrozona de ocupação tem como objetivo, segundo o plano diretor, “de estabelecer a referência territorial básica para orientar o controle das densidades, da intensidade e da expansão da ocupação urbana, na regulamentação e aplicação dos instrumentos da política urbana e indicar as prioridades na distribuição dos investimentos públicos e privados”.

O plano diretor irá modificar algumas áreas e bairros do município, com isso as áreas sob influência do eixo viário da Estrada do Galeão estão condicionadas a uma macrozona de ocupação incentivada. Como a Estrada do Galeão é o eixo viário principal e que dividi o bairro da Ilha do Governador, todo o bairro foi afetado com esta mudança do seu zoneamento.

Na área definida como macrozona de ocupação será incentivada o incremento das atividades econômicas e equipamentos de grande porte preferencialmente em áreas com maior disponibilidade ou potencial de implantação de infra-estrutura.

Com isso, a área que será localizada o TPP passará a ser caracterizada como uma região em que o poder público pode e deve agir para atrair mais investimentos. Nas chamadas Zona de Ocupação Incentivada, seriam permitidas atividades pesqueiras, por exemplo. Dando aval ao poder executivo municipal a utilização compulsória do solo urbano de forma a incentivar o crescimento e desenvolvimento municipal.

COLOCAR ESTA PARTE NO ÚLTIMO CAPÍTULO E AJEITÁ-LO visto que enquanto algumas partes da sociedade, constituído como uma classe média, que almejam que o local seja mantido para ser utilizado como espaços abstratos, com fim de desenvolvimento imobiliário e o medo dos imóveis perderem o valor dos imóveis do local, outros querem o espaço como sendo social, que iria beneficiar a classe social mais baixa, com valor social de uso e desdobramento de relações sociais, com a possibilidade de ascensão de uma classe social mais baixa.

Essa disputa sobre a utilização do espaço, ou seja, do conflito de interesse em torno do espaço social irá para o campo ideológico e político, travando assim uma batalha. Essa queda de braço beneficiará a classe dominante, pois dispõem do duplo poder sobre o espaço: a propriedade privada e a ação do Estado.